

## Ética na Advocacia

**01** – Como ficará a situação do advogado que, regularmente inscrito na OAB, é eleito em assembléia de acionistas e empossado Presidente do Banco do Brasil S/A.?

- a) continuará inscrito na OAB e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição;
- b) continuará inscrito na OAB e exercendo a advocacia, ficando porém impedido de advogar contra Banco que o remunera;
- c) será licenciado pela OAB e, conseqüentemente, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Presidente do Banco;
- d) terá sua inscrição na OAB cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia.

**02** – O advogado que, regularmente inscrito na OAB, retira em carga os autos de um processo em que atua perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Londrina/PR e não efetua a devolução no prazo fixado, mesmo após ser intimado para tanto, retendo abusivamente os autos, **comete**:

- a) apenas ato ilícito previsto no Código Civil Brasileiro, ficando obrigado a reparar as perdas e danos;
- b) violação a dispositivo do Código de Processo Civil, ficando proibido de retirar aqueles autos em carga;
- c) apenas infração disciplinar, prevista e punível pelo Estatuto da Advocacia e da OAB;
- d) infração disciplinar, tipificada no Estatuto da Advocacia e da OAB e, ao mesmo tempo, crime, tipificado no Código Penal.

**03** – Qual dos seguintes atos do advogado fere disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB?

- a) depor como testemunha sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou tenha sido advogado, ainda que autorizado ou solicitado pelo constituinte;
- b) não atuar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente;
- c) renunciar ao mandato mesmo contra a vontade do cliente;
- d) contratar honorários com cláusula *quota litis*, representados por pecúnia.

**04** – Como se classifica o ato do advogado que ingressa com reclamatória trabalhista, pleiteando verbas que seu cliente já recebeu do empregador que o dispensou, tendo ciência deste fato?

- a) prática de patrocínio infiel;
- b) cometimento de fraude processual;
- c) propositura de lide temerária;
- d) incidência em inépcia profissional.

**05** – As sanções disciplinares que podem ser aplicadas ao advogado em processo ético-disciplinar **são**:

- a) censura, suspensão, exclusão e multa;
- b) suspensão, advertência verbal e multa;
- c) exclusão, multa e advertência escrita;
- d) censura, advertência, exclusão e multa.

**06** – Assinale a alternativa **correta**. Em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, o advogado pode ser suspenso preventivamente:

- a) somente depois do julgamento de mérito do processo disciplinar, com decisão irrecorrível;
- b) pelo Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o advogado tenha inscrição principal, depois de ouvido em sessão especial para a qual deverá ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação;
- c) somente pelo Presidente do Conselho Seccional, após aprovação da sanção, por manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente;
- d) somente se a infração cometida implicar em pena de exclusão dos quadros da OAB.

**07** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados ou contadores;

- b)** cancela-se a inscrição do advogado, que assim o requerer ou ex-ofício, que passar a exercer em caráter temporário atividade incompatível com o exercício da advocacia;
- c)** o advogado pode ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada, como também nas salas e dependências de audiências, secretarias e cartórios, sem a necessidade de prévia autorização do Magistrado ou do Serventuário de Justiça;
- d)** o advogado que renunciar ao mandato continuará, durante 15 (quinze) dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

**08** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a)** a pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em 3 (três) anos, contados da data da consumação do fato;
- b)** as Caixas de Assistência dos Advogados – CAA, criadas pelos Conselhos Seccionais, são dotadas de personalidade jurídica própria;
- c)** a OAB, por constituir serviço público, goza de imunidade tributária total em relação a seus bens, rendas e serviços;
- d)** a participação do advogado em bens particulares de cliente, comprovadamente sem condições pecuniárias, só é tolerada em caráter excepcional, e desde que contratada por escrito.

## Direito Civil

**09** – Assinale a alternativa **correta**:

- a)** aplica-se às pessoas jurídicas a proteção aos direitos de personalidade, embora nem todos os direitos de personalidade assegurados para a pessoa natural o sejam para as pessoas jurídicas;
- b)** a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica não é inovação trazida pelo Código Civil de 2002 ao sistema jurídico brasileiro, uma vez que o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil Brasileiro de 1916 já a previam expressamente;
- c)** a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, segundo o Código Civil de 2002, somente pode ser empregada na hipótese de confusão patrimonial, pelo que não incide sobre os casos de desvio de finalidade, para os quais aplicam-se apenas sanções de natureza penal;
- d)** sendo a fundação uma espécie de pessoa jurídica formada por pessoas, veda o Código Civil sua instituição *mortis causa*, mediante testamento, uma vez que, morto o instituidor, carecerá a pessoa jurídica de elemento essencial à sua validade.

**10** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

- I** – Todo negócio jurídico nulo é também ineficaz;
  - II** – À luz do Código Civil, o negócio jurídico simulado é anulável, subsistindo, porém, o negócio que se dissimulou, se atender aos requisitos pertinentes à sua existência e validade;
  - III** – À luz do Código Civil, pode-se dizer que o prazo de 4 (quatro) anos para anular negócio jurídico eivado de coação é prescricional, iniciando-se sua fluência a partir do dia em que cessou a coação;
  - IV** – A prescrição pode ser argüida em qualquer grau de jurisdição, admitindo-se, assim, que seja reconhecida tanto em sede de apelação, como de Recurso Especial ou Recurso Extraordinário.
- a)** todas as afirmativas estão corretas;
  - b)** somente as afirmativas I e III estão corretas;
  - c)** somente as afirmativas II e III estão corretas;
  - d)** todas as afirmativas estão incorretas.

**11** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

- I** – Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos em qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de inseminação artificial homóloga;
- II** – Sempre se presumem havidos na constância do casamento os filhos havidos por inseminação artificial heteróloga;
- III** – O filho menor poderá impugnar o reconhecimento da paternidade nos 4 (quatro) anos que se seguirem à maioridade ou emancipação;
- IV** – O Código Civil contempla ao menos uma hipótese de presunção de paternidade em que, seguramente, não há vínculo biológico entre pai e filho.

- a) somente as afirmativas I e IV estão corretas;
- b) somente as afirmativas III e IV estão corretas;
- c) as afirmativas I, III e IV estão corretas;
- d) as afirmativas I, II e III estão corretas.

**12 – Assinale a alternativa correta:**

- a) quando ocorre o desdobramento da posse, o possuidor direto tem o direito de defendê-la contra quem a tiver turbado, salvo se o autor da turbação for o possuidor indireto, proprietário do bem;
- b) o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé, indenizará pelo custo da benfeitoria;
- c) o possuidor direto de um imóvel, mantido o desdobramento da relação possessória, não poderá adquiri-lo por meio de usucapião;
- d) o Código Civil de 2002 traz disposição expressa a respeito do usucapião coletivo, revogando a regra prevista no Estatuto das Cidades a respeito do mesmo tema.

**13 – Assinale a alternativa correta:**

- a) aquele que, na data do início da vigência do Código Civil de 2002, já contava com exatos 12 (doze) anos de posse contínua, sem oposição, sem justo título e com *animus domini*, de um imóvel urbano com 500 m<sup>2</sup> de área, no qual estabeleceu sua moradia habitual, adquirirá a propriedade do imóvel quando completar 14 (quatorze) anos de posse;
- b) aquele que, na data do início da vigência do Código Civil de 2002, já contava com exatos 12 (doze) anos de posse contínua, sem oposição, sem justo título e com *animus domini*, de um imóvel urbano com 500 m<sup>2</sup> de área, no qual estabeleceu sua moradia habitual, adquirirá a propriedade do imóvel quando completar 20 (vinte) anos de posse;
- c) aquele que, na data do início da vigência do Código Civil de 2002, já contava com exatos 12 (doze) anos de posse contínua, sem oposição, sem justo título e com *animus domini*, de um imóvel urbano com 500 m<sup>2</sup> de área, no qual estabeleceu sua moradia habitual, adquirirá a propriedade do imóvel quando completar 15 (quinze) anos de posse;
- d) aquele que, na data do início da vigência do Código Civil, já contava com exatos 12 (doze) anos de posse contínua, sem oposição, sem justo título e com *animus domini*, de um imóvel urbano com 500 m<sup>2</sup> de área, no qual estabeleceu sua moradia habitual, adquiriu a propriedade do imóvel no dia em que o Código Civil de 2002 entrou em vigor.

**14 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:**

I – Príamo e Hécuba eram casados pelo regime da participação final nos aqüestos. Do casamento resultou o nascimento de um único filho. Príamo morre em 5 de dezembro de 2004. A cōnjuge sobrevivente não concorrerá com os descendentes de Príamo na herança deste último, mas terá direito à meação sobre os bens adquiridos onerosamente na vigência da sociedade conjugal;

II – Andrômaca era casada com Heitor pelo regime da separação absoluta de bens, decorrente de pacto antenupcial. Ambos os pais de Heitor, bem como seu avô paterno, morreram em um acidente de automóvel há 10 (dez) anos. Heitor vem a falecer em 10 de outubro de 2003, sem deixar descendentes. Os dois avós maternos e a avó paterna de Heitor ainda estão vivos. A herança de Heitor será dividida da seguinte forma: 50% para Andrômaca, 12,5% para cada um dos avós maternos e 25% para a avó paterna.

- a) ambas as afirmativas estão incorretas;
- b) somente a afirmativa I está correta;
- c) somente a afirmativa II está correta;
- d) ambas as afirmativas estão corretas.

**15 – Assinale a alternativa correta:**

- a) a boa-fé objetiva é o estado de ignorância quanto ao vício que se apresenta em uma dada situação jurídica;
- b) a liberdade contratual, no Direito Civil brasileiro, é tendencialmente ilimitada, uma vez que, em atenção aos direitos individuais, sobretudo a livre iniciativa, não há limites de ordem pública ao seu exercício e à sua conformação;
- c) a regra de que quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, a interpretação será sempre a mais favorável ao aderente é aplicável apenas às relações de consumo;
- d) a teoria da imprevisão somente pode ser aplicada para a revisão de contratos em que a onerosidade excessiva é decorrente de causa superveniente à celebração do contrato, sendo inaplicável a referida teoria no

que tange cláusulas que, no momento da celebração do contrato, já se apresentam como flagrantemente abusivas.

**16** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) a proposta é, em toda e qualquer situação, obrigatória, na medida em que constitui a exteriorização da vontade de contratar;
- b) a oferta ao público equivale sempre à proposta, sendo obrigatória ao proponente independentemente de qualquer requisito ou forma;
- c) existe hipótese em que, mesmo não havendo aceitação expressa, considera-se formado o contrato, desde que a recusa não chegue a tempo;
- d) é possível a celebração de contrato por telefone. Como tal contrato é celebrado entre ausentes, sua formação obedece às mesmas regras do contrato epistolar.

## Processo Civil

**17** – Sobre a ação declaratória, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

- I – Como regra geral, dúvida sobre a existência ou inexistência de um fato pode constituir objeto de ação declaratória;
- II – Declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo não pode ser objeto de ação declaratória (art. 4º do Código de Processo Civil);
- III – A ação declaratória incidental tem como objetivo fazer com que a declaração sobre determinada relação jurídica, prejudicial ao julgamento do pedido, seja acobertada pela coisa julgada material.

- a) somente as afirmativas I e II estão corretas;
- b) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- c) somente as afirmativas I e III estão corretas;
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**18** – Sobre a tutela inibitória, assinale a alternativa **correta**:

- a) a tutela inibitória tem entre seus pressupostos, a ameaça da ocorrência de dano e a existência de culpa *lato sensu*;
- b) a tutela inibitória tem como único pressuposto positivo, a ameaça da ocorrência de um ilícito;
- c) a tutela inibitória tem natureza preponderantemente cautelar;
- d) a tutela inibitória é espécie, da qual a tutela antecipada é gênero.

**19** – Sobre o litisconsórcio, assinale a alternativa **correta**:

- a) o litisconsórcio necessário por disposição de lei, por se tratar de hipótese autônoma, independe da natureza da relação jurídica substancial objeto da lide;
- b) verificando o juiz a ausência da formação de litisconsórcio passivo necessário, de ofício ordenará a citação dos litisconsortes faltantes;
- c) se um dos litisconsortes passivos contestar a ação e o outro não, este será considerado revel, mas em hipótese alguma sofrerá os efeitos da revelia;
- d) a mera afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito não possibilita a formação de litisconsórcio.

**20** – Sobre a ação condenatória de reparação de danos decorrentes do inadimplemento de negócio jurídico, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

- I – A exceção de contrato não cumprido argüida pelo réu é exemplo de exceção substancial direta;
- II – A alegação feita pelo réu de que a dívida foi parcelada configura fato extintivo do direito do autor;
- III – Não se tratando de direitos patrimoniais, o juiz poderá conhecer da prescrição e decretá-la de ofício.

- a) somente as afirmativas I e II estão corretas;
- b) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- c) somente as afirmativas I e III estão corretas;

d) nenhuma das afirmativas está correta.

**21** – Determinado apartamento constitui o único imóvel de uma entidade familiar. Partindo dessa premissa, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o apartamento pode ser penhorado para assegurar o pagamento de dívida oriunda das despesas condominiais do próprio bem;
- b) a vaga de garagem, com matrícula própria, no condomínio vertical onde fica o apartamento, constitui imóvel autônomo e, portanto, penhorável;
- c) é oponível a impenhorabilidade para execução de hipoteca, se o apartamento foi oferecido como garantia real de dívida contraída em favor de terceiros;
- d) se o apartamento for alugado para que o valor do aluguel complemente a renda familiar, ele perde a condição de bem de família.

**22** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

- I – A falta de citação é vício processual de tal magnitude que pode ser atacada a qualquer tempo, independentemente de ação rescisória, através de ação declaratória de nulidade (*querella nullitatis*);
- II – A arrematação manifestamente ilegal pode ser desconstituída através de ação rescisória, com fundamento no inciso V (violar literal disposição de lei) do art. 485 do CPC;
- III – Se em ação de cobrança a parte deixou de alegar o pagamento e a condenação transitou em julgado, não pode pretender *a posteriori* promover ação de repetição do indébito.

- a) somente as afirmativas I e II estão corretas;
- b) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- c) somente as afirmativas I e III estão corretas;
- d) somente a afirmativa II está correta.

**23** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) cabem embargos infringentes quando acórdão não unânime reformar, em grau de apelação, a sentença terminativa;
- b) cabe recurso especial contra decisão proferida, nos limites de sua competência, por órgão de segundo grau dos juizados especiais estaduais;
- c) o recurso cabível da decisão proferida pelo juiz *a quo* que nega seguimento à apelação é o agravo de instrumento;
- d) da decisão do plenário que resolve o incidente de inconstitucionalidade cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

**24** – Sobre os embargos de terceiro, assinale a alternativa **correta**:

- a) em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores;
- b) não é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel desprovido do registro;
- c) quem for parte do processo no qual ocorrer a constrição não pode, em hipótese alguma, manejar embargos de terceiro;
- d) se intimado da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado não pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação.

## Direito Comercial

**25** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) a letra de câmbio, mesmo que não envolva expressamente a cláusula à ordem, é transmissível por via de endosso;
- b) embora o endosso deva ser puro e simples, admite-se que seja parcial;
- c) o portador é obrigado a deixar nas mãos do aceitante a letra de câmbio apresentada para aceite;
- d) salvo cláusula em contrário, o endossante é garantidor tanto da aceitação como do pagamento da letra de câmbio;

**26** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) a ação revocatória falimentar correrá perante o juízo da falência e terá curso sumário;
- b) no caso de sentença proferida em ação revocatória falimentar proposta com fundamento no artigo 52 da lei de falências, a apelação será recebida apenas no efeito devolutivo;
- c) os atos previstos no artigo 52 da lei de falências somente deixam de produzir efeitos, relativamente à massa falida, se o contratante tiver conhecimento do estado econômico do devedor;
- d) ainda que não haja prova da fraude do devedor e do contratante, os atos praticados em prejuízo a credores são revogáveis relativamente à massa falida;

**27** – Assinale a alternativa **correta**. Estão sujeitas à extinção por caducidade:

- a) as marcas e as patentes;
- b) apenas as patentes;
- c) apenas as marcas;
- d) nem as marcas, nem as patentes.

**28** – Sobre as sociedades anônimas, assinale a alternativa **correta**:

- a) é cabível a distribuição pública de valores mobiliários, desde que registrado em livros próprios, independente de registro na Comissão de Valores Mobiliários;
- b) se nominativo, o usufruto, o fideicomisso e a alienação fiduciária devem ser averbados no livro de "Registro de Ações Nominativas";
- c) é cabível o pedido de exibição por inteiro dos livros da companhia ordenado judicialmente, cuja solicitação tenha sido feita por acionista, independentemente da representação de sua participação no capital social e do motivo do seu pedido;
- d) está de acordo com o ordenamento em vigor, em caso de sociedade anônima aberta, a realização de assembléia geral ordinária com a primeira convocação designada para o dia 30 de março de 2004 e os respectivos editais, publicados no Diário Oficial e em jornal de grande circulação nos dias 18, 19 e 23 março desse mesmo ano.

**29** – Sobre a arribada forçada, assinale a alternativa **correta**:

- a) denomina-se arribada forçada quando um navio entra por necessidade em algum porto ou lugar distinto daqueles determinados na viagem a que se propusera;
- b) basta a necessidade premente para a arribada forçada, independentemente de apreciação de causa justa para que tal ocorra;
- c) em caso de arribada justificada, o dono do navio e o capitão respondem pelos prejuízos causados à carga;
- d) não é causa de arribada forçada o temor fundado causado por inimigo ou pirata.

**30** – Assinale a alternativa **correta**. A duplicata mercantil não aceita pelo sacado, sem que motivo algum tenha sido dado, e por ele inadimplida, pode embasar requerimento de falência:

- a) sem nenhuma formalidade adicional;
- b) independentemente de protesto, mas acompanhada do comprovante de entrega das mercadorias;
- c) desde que protestada em 30 dias da data de seu vencimento;
- d) se protestada e acompanhada do comprovante de entrega das mercadorias.

**31** – Sobre a alienação do estabelecimento, assinale a alternativa **correta**:

- a) é nula a alienação do estabelecimento que não possua bens para arcar com o seu passivo;
- b) a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento dos credores, ainda que haja bens para solver o passivo;
- c) a eficácia da alienação do estabelecimento, caso não restem bens suficientes para solver o passivo, depende do pagamento de todos os credores;
- d) o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, contabilizados ou não.

**32** – Sobre o contrato de concessão comercial celebrado entre fabricante e distribuidor de veículos, assinale a alternativa **correta**:

- a) o contrato de concessão comercial, via de regra, não abrange o uso gratuito da marca do fabricante, como elemento de identificação.
- b) é nula a cláusula constante de contrato de concessão comercial que vede ao distribuidor a comercialização de veículos novos fabricados ou fornecidos por outro fabricante do mesmo ramo.
- c) o concessionário não poderá comercializar veículos automotores e implementos usados de qualquer outra marca.
- d) no caso de contrato por prazo determinado, é facultado ao fabricante não renovar o prazo de vigência originariamente pactuado, desde que notifique o distribuidor com antecedência não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, hipótese em ficará exonerado da obrigação de readquirir o estoque de veículos e componentes novos em poder do distribuidor.

## Direito Penal

**33** – Sobre a medida de segurança, assinale a alternativa **correta**:

- a) a medida de segurança é aplicada a todos os inimputáveis, inclusive aos menores de dezoito anos de idade;
- b) a medida de segurança é aplicada cumulativamente à pena privativa de liberdade, em virtude do sistema do duplo binário;
- c) o sistema vicariante é o sistema adotado pelo Código Penal brasileiro atualmente;
- d) caso seja extinta a punibilidade, mas o indivíduo mostrar-se perigoso deve subsistir a medida de segurança em defesa da sociedade.

**34** – Sobre a prescrição, assinale a alternativa **correta**:

- a) para os acusados da prática de crime hediondo não pode ser aplicada a prescrição;
- b) a prescrição aplica-se a todo e qualquer delito;
- c) a prescrição só pode ser avaliada após a existência de sentença penal condenatória, mesmo não havendo trânsito em julgado;
- d) a prescrição da pretensão executória leva em conta a pena em concreto.

**35** – Sobre o concurso de crimes, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o direito penal pátrio adota o critério do cúmulo material e o da exasperação;
- b) no concurso formal impróprio o juiz deve usar o critério do cúmulo material;
- c) no concurso formal próprio o juiz deve adotar o critério da exasperação;
- d) no concurso material somente se admite o critério da exasperação.

**36** – Sobre a lei e a norma penal, assinale a alternativa **correta**:

- a) a criminalização do cultivo de OGMs (organismos geneticamente modificados) não pode ser feita por medida provisória em face ao princípio da legalidade absoluta ou reserva legal;
- b) ao encerrar-se a vigência de uma lei penal temporária, descriminalizam-se automaticamente todas as condutas típicas nela previstas;
- c) a norma penal em branco somente pode ser complementada por outra lei penal;
- d) a norma penal incriminadora pauta-se, sem exceções, pelo princípio da irretroatividade.

**37** – Sobre as excludentes de ilicitude, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) não pode ser alegada legítima defesa real em face de estado de necessidade;
- b) o consentimento do ofendido sempre exclui a tipicidade penal;
- c) a legítima defesa real pode ser invocada em face da legítima defesa putativa;
- d) o exercício regular do direito e o estrito cumprimento do dever legal, segundo o Código Penal vigente, são causas legais de exclusão de ilicitude.

**38** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) o delito do art. 121 (homicídio) do Código Penal consuma-se independentemente da morte da vítima;

- b)** o delito do art. 122 (instigação, induzimento ou auxílio ao suicídio) do Código Penal somente pode ser imputado a quem ocupa a posição de garante;
- c)** em caso de lesão corporal seguida de morte, deve prevalecer, unicamente, a imputação a título de homicídio, por ser o delito mais grave;
- d)** o aborto praticado por terceiro com o consentimento válido da gestante enseja a imputação em diferentes tipos penais para a gestante e para o terceiro.

**39** – Sobre a contagem dos prazos penais, assinale a alternativa **correta**:

- a)** inclui-se o dia do começo e exclui-se o do final;
- b)** não se conta o dia do começo e inclui-se o do final;
- c)** não se computam os feriados, sábados e domingos;
- d)** apenas não se computam os feriados.

**40** – Assinale a alternativa **correta**:

- a)** a desistência voluntária e o arrependimento eficaz ensejam a punição por delito tentado;
- b)** a desistência voluntária verifica-se após esgotado o potencial ofensivo do agente;
- c)** a tentativa somente enseja a punição quando o agente adentra aos atos preparatórios;
- d)** a tentativa somente é punível quando o agente adentra aos atos executórios, punindo-se excepcionalmente os preparatórios caso constituam delitos autônomos.

## Processo Penal

**41** – Assinale a alternativa **correta**:

- a)** o Inquérito Policial é indispensável para o exercício do direito de ação pelo representante do Ministério Público;
- b)** nas hipóteses de ação penal de iniciativa privada, o Inquérito Policial só pode ser instaurado a requerimento daquele que tem legitimidade para propor a referida ação;
- c)** se o crime é apenado com detenção, a própria autoridade policial pode decidir sobre o arquivamento do Inquérito Policial;
- d)** o Inquérito Policial, em qualquer hipótese de réu preso, deve terminar em 10 (dez) dias.

**42** – Assinale a alternativa **correta**:

- a)** o princípio do livre convencimento é prevalente, mas não é absoluto no sistema processual penal brasileiro, existindo casos, por exemplo, de convicção íntima;
- b)** a prova ilícita é expressamente admitida nos casos de crimes hediondos;
- c)** assim como a citação do militar é feita na pessoa do chefe do respectivo serviço, a citação do réu preso é feita na pessoa do responsável pelo estabelecimento onde aquele se encontra recluso;
- d)** a intimação do Ministério Público e do defensor nomeado para o réu é feita pessoalmente.

**43** – Assinale a alternativa **correta**:

- a)** em qualquer hipótese de nulidade, absoluta ou relativa, a parte deve provar o prejuízo para vê-la reconhecida;
- b)** a falta de quaisquer dos requisitos formais da sentença (art. 381 do Código de Processo Penal), torna-a relativamente nula;
- c)** não há, no direito brasileiro, hipótese de procedimentos que possibilitem a defesa prévia antes do recebimento da denúncia;
- d)** através da *emendatio libelli* (art. 383 do Código de Processo Penal), pode o juiz dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na inicial acusatória, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave ao acusado.

**44** – Assinale a alternativa **correta**:

- a)** a ação civil *ex delicto* não é cabível em nenhuma das hipóteses de absolvição previstas no art. 386 do Código de Processo Penal;

- b)** o princípio da indivisibilidade é previsto expressamente para as hipóteses de ação penal de iniciativa privada e aplicado, por analogia, às hipóteses de ação penal pública, condicionada e incondicionada;
- c)** nas hipóteses de ação penal de iniciativa privada, intentada contra vários acusados, o querelante pode perdoar apenas um deles;
- d)** na ação penal de iniciativa privada, subsidiária da pública, assim que o Ministério Público se manifesta nos autos, ele retoma a condição de autor da ação.

**45 – Assinale a alternativa correta:**

- a)** no processo penal, a sentença absolutória faz coisa julgada material;
- b)** o ofendido, no processo penal, pode sempre recorrer das decisões que o prejudicar;
- c)** o protesto por novo Júri pode ser proposto sempre que a pena aplicada ao acusado for igual ou superior a 30 (trinta) anos, somente pelo Ministério Público;
- d)** o *habeas corpus* é o único recurso cabível contra imposição de pena privativa de liberdade.

**46 – Sobre as provas em espécie, assinale a alternativa correta:**

- a)** nas infrações que deixam vestígios, a falta do exame pericial jamais pode ser suprida;
- b)** não é dado ao juiz, no processo penal, ouvir testemunhas além daquelas arroladas pelas partes;
- c)** quanto aos documentos, a regra geral é de que podem ser apresentados, durante o processo, em qualquer fase do procedimento;
- d)** no sistema do código vigente, a defesa e a acusação não podem interferir no ato do interrogatório para realizar perguntas ao interrogado.

**47 – Sobre as exceções, assinale a alternativa correta:**

- a)** a exceção de suspeição deve preceder a qualquer outra exceção, salvo se baseada em motivo superveniente;
- b)** todas as exceções, no processo penal, uma vez recebidas, geram a suspensão do processo;
- c)** não é permitida, no processo penal, a arguição de suspeição do membro do Ministério Público;
- d)** a exceção de coisa julgada deve ser oposta com relação ao dispositivo da sentença que julgou caso semelhante anteriormente.

**48 – Assinale a alternativa incorreta:**

- a)** a prisão preventiva pode ser decretada de ofício, a pedido do Ministério Público, da autoridade policial ou do querelante;
- b)** a prisão temporária, em razão da gravidade dos fatos que a justificam, pode ser decretada pela autoridade policial;
- c)** o chamado flagrante preparado não é admitido no processo penal, por ser a conduta do suposto autor do delito obra do agente provocador;
- d)** a fiança, nos casos em que é admitida, pode ser concedida sempre pela autoridade judicial competente.

## **Direito do Trabalho e Processo do Trabalho**

**49 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:**

- I** – O estágio curricular, nos termos da lei, não gera vínculo empregatício entre o estudante e a empresa concedente;
- II** – De acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, para caracterizar a rescisão por abandono de emprego deve-se aguardar, no mínimo, 60 (sessenta) dias de ausências injustificadas ao trabalho;
- III** – O contrato de experiência poderá ser prorrogado no máximo uma vez, desde que todo o período da contratação não exceda a 90 (noventa) dias;
- IV** – A parte concedente do aviso prévio, seja ele empregado ou empregador, poderá pedir a reconsideração do aviso e anulá-lo imediatamente, desde que a outra parte concorde.

- a)** somente as afirmativas I, II e III estão corretas;
- b)** somente as afirmativas I e IV estão corretas;
- c)** somente as afirmativas I, III e IV estão corretas;
- d)** todas as afirmativas estão corretas.

**50** – Sobre a concessão de licença-maternidade para empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

**I** – No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias;

**II** – No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias;

**III** – No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias;

**IV** – A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

**a)** somente as afirmativas I, II e III estão corretas;

**b)** somente a afirmativa IV está correta;

**c)** todas as afirmativas estão corretas;

**d)** somente as afirmativas I, II, e IV estão corretas.

**51** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

**I** – Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância, seus filhos no período de amamentação;

**II** – A licença maternidade é paga parte pelo empregador e parte pelo INSS;

**III** – No caso de aborto não criminoso a gestante terá direito a 3 (três) semanas de repouso;

**IV** – É proibido empregar mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 25 (vinte e cinco) quilos para trabalho contínuo e 30 (trinta quilos) para trabalho ocasional;

**V** – Durante a jornada de trabalho, a mulher terá direito a 2 (dois) descansos de uma hora cada um, para amamentar o próprio filho.

**a)** somente as afirmativas I, II e V estão corretas;

**b)** somente as afirmativas I e IV estão corretas;

**c)** somente a afirmativa I está correta;

**d)** todas as afirmativas estão corretas.

**52** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

**I** – A conversão de parte do período de férias em abono pecuniário deve ser requerida pelo empregado até 30 (trinta) dias antes do término do período aquisitivo;

**II** – De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as férias coletivas poderão ser gozadas em 2 (dois) períodos desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias;

**III** – Os empregados que recebem horas extras, comissões e outras parcelas variáveis, terão suas férias calculadas com base na média das parcelas variáveis acrescidas do valor salarial e do adicional de 1/3 (um terço);

**IV** – O empregado em gozo de férias não pode prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com este.

**V** – Por ser um direito de descanso do trabalhador, é sempre o empregado que escolhe o período de gozo das férias.

**a)** todas as afirmativas estão corretas;

**b)** as afirmativas III e V estão corretas;

**c)** apenas as afirmativas II, III e V estão corretas;

**d)** apenas as afirmativas I e V estão incorretas.

**53** – Sobre a audiência no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **correta**:

**a)** o prazo de tolerância para atrasos na audiência, tanto para as partes quanto para o magistrado, é de 15 (quinze) minutos;

**b)** a Consolidação das Leis do Trabalho previu expressamente a apresentação de impugnação oral pelo autor, dos documentos juntados em defesa do réu, no prazo de 10 (dez) minutos;

**c)** a tentativa de conciliação somente é obrigatória no procedimento sumaríssimo, em razão da celeridade deste procedimento;

**d)** as audiências apenas podem ser realizadas em dias úteis, das 8h00 às 18h00, e não podem ter duração superior a 5 (cinco) horas seguidas, salvo se tratar de matéria urgente.

**54** – Assinale a alternativa **correta**:

- a)** a sentença no processo do trabalho não precisa indicar o valor das custas processuais, pois o processo ainda dependerá de liquidação;
- b)** na sentença homologatória de acordo dispensa-se a intimação do INSS, pois se trata de decisão com eficácia restrita às partes conciliadas;
- c)** a decisão do juiz que reconhecer incompetência absoluta da justiça do trabalho é impugnável mediante recurso ordinário;
- d)** no processo do trabalho, independentemente do procedimento, dispensa-se a existência de relatório, visto que este não se constitui requisito da sentença.

**55** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a)** a petição inicial no procedimento sumaríssimo exige pedidos certos ou determinados;
- b)** não se admite citação por edital no procedimento sumaríssimo;
- c)** no procedimento sumaríssimo, a decisão do tribunal que confirma a sentença originária apenas registra tal circunstância em certidão, a qual serve de acórdão;
- d)** a tramitação do recurso ordinário no procedimento sumaríssimo prevê a participação de juiz relator e revisor.

**56** – Sobre o recurso de revista, assinale a alternativa **correta**:

- a)** quando denegado seu prosseguimento pelo tribunal regional, em razão de deserção ou intempestividade, caberá interposição de embargos para o tribunal pleno;
- b)** a divergência apta a ensejar o recurso de revista fundado na alínea *a*, do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho não precisa ser atual, mas deve ser oriunda de tribunal regional diverso do que julgou o recurso ordinário;
- c)** é dotado apenas de efeito devolutivo, devendo ser apresentado ao Presidente ou Vice-Presidente, conforme norma regimental do tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando a decisão;
- d)** estando a decisão recorrida em discordância com a jurisprudência predominante do próprio tribunal recorrido, o ministro relator deverá dar provimento ao recurso.

## **Direito Constitucional**

**57** – Sobre o controle de constitucionalidade vigente no Brasil, assinale a alternativa **correta**:

- a)** as leis municipais somente podem ser questionadas em face da Constituição do Estado, jamais em face da Constituição Federal;
- b)** no controle difuso, podem ser objeto de questionamento todas as leis editadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;
- c)** apenas os magistrados estaduais têm, em primeira instância, competência para declarar a inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal;
- d)** a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle incidental, declarando a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, produzirá efeitos *erga omnes*.

**58** – Sobre o poder constituinte originário, assinale a alternativa **correta**:

- a)** é inaugural, incondicionado e ilimitado juridicamente;
- b)** é limitado apenas no que tange ao respeito aos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na ordem jurídica anterior;
- c)** deve respeito apenas aos tratados internacionais antes ratificados pelo órgão competente;
- d)** é constituído, ilimitado e incondicionado juridicamente.

**59** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por Partido Político, desde que com representação no Congresso Nacional;
- b) o mandado de segurança pode ser impetrado, em sua faceta coletiva, por qualquer Associação, bastando estar legalmente constituída, em defesa dos interesses de seus associados;
- c) o mandado de segurança tem por escopo proteger direito líquido e certo em face de dano potencial ou já consumado;
- d) o mandado de segurança tem como destinatário (impetrado) necessariamente uma "autoridade pública", ou quem lhe faça as vezes, no exercício de atribuições do Poder Público.

**60** – Sobre a ação popular, assinale a alternativa **correta**:

- a) pode ser proposta, até mesmo, por um condenado no cumprimento da pena de prisão;
- b) sujeita sempre o autor ao pagamento de custas judiciais, apenas ao final do processo e antes da sentença;
- c) serve, exclusivamente, para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa e ao meio ambiente;
- d) afasta os ônus da sucumbência, salvo se comprovada a má-fé do autor.

**61** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) a discriminação positiva é mecanismo previsto pela própria Constituição Federal como forma de realização da igualdade material;
- b) o Brasil repudia qualquer forma de discriminação, seja ela negativa ou positiva;
- c) a discriminação positiva somente pode ser admitida entre homens e mulheres;
- d) a discriminação positiva somente pode ser admitida em relação à quota de deficientes nos serviços públicos.

**62** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o mandado de injunção pode ser impetrado por qualquer pessoa, desde que comprove o nexo de causalidade entre a omissão e o direito que quer exercer;
- b) o mandado de injunção incide sobre legislação inconstitucional que interfere no exercício da cidadania, nacionalidade e soberania;
- c) o mandado de injunção não pode ser impetrado perante qualquer juiz ou tribunal;
- d) o mandado de injunção, como é garantia constitucional, tem aplicação imediata, prescindindo de lei regulamentadora para sua adequada utilização.

**63** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) a nomeação para cargo em comissão independe de aprovação prévia em concurso público, desde que o referido cargo seja declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- b) o prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável por igual período tantas vezes quanto necessário para o preenchimento dos cargos ou empregos disponíveis;
- c) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre os novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira, a não ser que os novos concursados tenham atingido notas superiores aos aprovados no concurso público anterior;
- d) o direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei ordinária.

**64** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a Constituição Federal admite a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- b) a Constituição Federal autoriza a acumulação remunerada de 2 (dois) cargos públicos privativos de profissionais de saúde, desde que ocorra compatibilidade de horários e se trate de profissão regulamentada;
- c) a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções, mesmo que exercidas em subsidiárias de sociedades de economia mista ou sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público;
- d) aos servidores que foram titulares de cargos efetivos é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, mesmo nas hipóteses de cargos acumuláveis previstos pela Constituição Federal.

## Direito Administrativo

**65** – Sobre a revogação dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**:

- a) jamais pode ser determinada pelo Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional;
- b) dela não decorre qualquer direito à indenização;
- c) pressupõe o exercício de "poder" vinculado pelo agente;
- d) não exige motivação, haja vista tratar-se de competência a ser exercitada em face de ato manifestamente inoportuno e/ou inconveniente ao interesse público.

**66** – Sobre a interpretação do Direito Administrativo, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) é imprescindível que se reconheça estar sempre a administração pública em posição de privilégio em face do particular;
- b) diferentemente do que se dá com os demais atos jurídicos, os atos administrativos devem ser reconhecidos como presumidamente legítimos;
- c) sempre que houver conflito entre o interesse público (primário) e o privado aquele há de prevalecer;
- d) a indisponibilidade dos bens e interesses públicos é marco caracterizador do regime jurídico administrativo.

**67** – Sobre o controle jurisdicional dos atos administrativos no Brasil, assinale a alternativa **correta**:

- a) nem todos são passíveis de controle pelo Poder Judiciário;
- b) as sanções disciplinares não são atacáveis por meio de mandado de segurança;
- c) ao Poder Judiciário é dado anular os atos discricionários eivados de vício;
- d) o Brasil adota o sistema de jurisdição bipartida, entregando uma parcela de competência ao Poder Judiciário e outra aos Tribunais de Contas.

**68** – Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) por "desconcentração" entende-se o fenômeno da distribuição interna de plexos de competências e, pois, atina às noções de "órgão" e "agente";
- b) pela "descentralização" rompe-se uma unidade personalizada e entrega-se a pessoa jurídica distinta competência inicialmente acometida a outrem;
- c) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública;
- d) as ditas "agências reguladoras" nada mais são do que empresas públicas "em regime especial".

**69** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a desinvestidura de cargo público pode ocorrer por demissão, exoneração ou dispensa;
- b) a dispensa ocorre em relação ao servidor público efetivo quando não há justa causa;
- c) o ato de dispensa precisa ser motivado em decorrência dos princípios da legalidade, da eficiência e da moralidade;
- d) a efetividade é um pressuposto necessário da estabilidade.

**70** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

**I** – Estão sujeitos ao regime de licitação além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

**II** – O objetivo da licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração;

**III** – Qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento da licitação, desde que não interfira para perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

- a) somente as afirmativas I e II estão corretas;
- b) somente as afirmativas I e III estão corretas;
- c) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**71** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

**I** – Concessão de serviço público é a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente mediante licitação na forma de concorrência;

**II** – Permissão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação na forma de concorrência;

**III** – Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a delegação da prestação de serviço público feita pelo poder concedente, a título precário, mediante licitação.

- a) somente a afirmativa I está incorreta;
- b) somente a afirmativa II está incorreta;
- c) somente a afirmativa III está incorreta;
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

**72** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

**I** – O Tribunal de Contas exerce controle sobre a gestão administrativa em sentido próprio, sobre os dispêndios, licitações, contratações e remuneração de pessoal das agências reguladoras;

**II** – O Ministério Público pode questionar judicialmente os atos de cunho regulatório das agências reguladoras quando eivados de defeitos previstos na legislação própria;

**III** – O Ministério Público pode instaurar inquérito civil público para produzir provas sobre o desempenho das funções próprias desempenhadas pelas agências reguladoras.

- a) somente as afirmativas I e II estão corretas;
- b) somente as afirmativas I e III estão corretas;
- c) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- d) todas as afirmativas estão corretas.

## **Direito Tributário e Processo Tributário**

**73** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) denominam-se vinculados os impostos de competência da União, cuja instituição depende de prévia lei complementar;
- b) o lançamento acarreta a suspensão da exigibilidade do crédito tributário;
- c) aplica-se, em direito tributário, o princípio de que dívidas e créditos compensam-se automaticamente até o montante em que concorrerem;
- d) somente possuem competência tributária as pessoas políticas.

**74** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a capacidade tributária depende da pessoa jurídica estar regularmente constituída;
- b) a obrigação tributária principal diz respeito ao pagamento do tributo; a acessória tem por conteúdo um fazer ou um não-fazer do contribuinte, relativo à arrecadação e à fiscalização dos tributos;
- c) se a lei define como fato gerador um negócio jurídico que, em um caso concreto, está sujeito à condição resolutória, o Código Tributário Nacional considera consumado o negócio no momento da celebração, sendo irrelevante, para fins tributários, que o implemento da condição resolva o ato jurídico;
- d) o fato gerador da obrigação principal corresponde ao fato gerador do tributo.

**75** – Assinale a alternativa que apresenta, de modo **correto**, a correlação entre asserção e razão:

- a) a taxa é tributo vinculado porque sua hipótese de incidência contém a descrição de uma atividade estatal específica e divisível, referida ao contribuinte;
- b) a contribuição de melhoria é tributo vinculado porque todas as pessoas políticas podem instituí-la;
- c) o lançamento tem natureza constitutiva e declaratória porque serve de título jurídico de cobrança para o Fisco;
- d) o responsável tributário é o sujeito passivo indireto porque sua responsabilidade surge com o lançamento tributário.

**76** – Assinale a alternativa **correta**:

- a) a União pode, por meio de lei complementar, instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) o crédito tributário somente pode ser exigido por quem está, por lei, definido como contribuinte;
- c) a lei que institui uma isenção produz efeitos a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação;
- d) para a apuração do crédito tributário, aplica-se a legislação vigente à época de ocorrência do respectivo fato gerador, mesmo que posteriormente modificada ou revogada.

**77** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a isenção pode ser restrita à determinada região do território do ente tributante, em função de condições a ela peculiares;
- b) em razão do princípio da legalidade da tributação ser uma garantia do contribuinte, está vedado o uso da analogia em direito tributário, que resulte em exigência de tributo não previsto em lei;
- c) no regime da Constituição Federal de 1988, o princípio da uniformidade dos tributos impede que a União conceda incentivos fiscais circunscritos a determinadas regiões do País, em razão de desequilíbrios regionais;
- d) diferentemente da capacidade tributária ativa, que é passível de delegação, a competência tributária é absolutamente indelegável.

**78** – Sobre a solidariedade tributária, assinale a alternativa **correta**:

- a) o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
- b) comporta benefício de ordem;
- c) a isenção concedida em caráter pessoal a um dos coobrigados beneficia os demais pela totalidade do crédito;
- d) a interrupção da prescrição em favor de um dos coobrigados não afeta os demais.

**79** – O princípio constitucional da imunidade recíproca tributária **veda**:

- a) a instituição de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;
- b) aos Municípios cobrarem da União e dos Estados taxas pelos serviços de coleta de lixo;
- c) a incidência do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) sobre imóvel pertencente à União;
- d) a incidência do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre os automóveis adquiridos por instituições de assistência social, sem fins lucrativos.

**80** – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **correta**:

**I** – A anistia determina a exclusão do crédito tributário;

**II** – A conversão de depósito em renda determina a extinção do crédito tributário;

**III** – As reclamações apresentadas nos termos das leis que regem o processo administrativo tributário, determinam a suspensão do crédito tributário.

- a) somente as afirmativas I e II estão corretas;
- b) somente as afirmativas I e III estão corretas;
- c) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- d) todas as afirmativas estão corretas.